

Introdução

Em Hume, a investigação sobre a origem da moral parte da busca pelo fundamento da distinção entre vício e virtude, distinção que as pessoas fazem rotineiramente ao emitirem juízos morais. Mas, afinal, pergunta-se Hume, qual é o critério usado pelos homens para fazerem distinções morais e distinguirem entre o bem e o mal? Hume dá para esta questão uma solução de cunho naturalista: a utilidade agrada aos homens, e as distinções morais remontam ou à utilidade que as boas ações promovem, ou ao prejuízo causado pelas más. Assim como a utilidade agrada, o prejuízo desagrada, e, nesses termos, o fundamento da distinção entre bem e mal é o gosto moral. O problema de que trata este texto é o seguinte: o naturalismo moral de Hume não conduziria a um ceticismo na moral? Com Hume, não teria razão o ceticismo ao afirmar que o fundamento das distinções morais é o egoísmo, quer dizer, apenas o interesse do indivíduo, o que, em última análise, seria a expressão de seu gosto? Ele argumenta que não, pelo menos quando a forma de ceticismo considerada for tal que para ele o autêntico interesse do homem seja apenas ele mesmo. Em contraste a esse ceticismo egocêntrico, Hume defenderá a idéia de que o homem tem sentimentos humanitários e de que o fundamento da moral não é o amor de si, mas uma empatia natural bem distribuída na espécie³.

O método empirista na moral

Para explicar por que o ser humano distingue entre o bom e o ruim, Hume utiliza-se de um método que tem caráter empirista⁴. Com efeito, ele parte de um fato, o fato de que os seres humanos fazem distinções morais, e procede pela análise do comportamento verbal dos indivíduos, isto é, pela investigação das bases para a enunciação de juízos morais, que são os juízos mediante os quais se faz a distinção entre o bom e o ruim e se manifesta a preferência moral.

Partindo dessa investigação dos hábitos verbais dos indivíduos ao fazerem julgamentos morais, Hume aponta que a aprovação e a reprovação, que, em última instância, estão em conformidade com o prazer e o sofrimento, definem o significado da virtude. Hume chama a atenção para as impressões distintivas, ou seja, aquelas sensações que permitem ao homem conhecer e distinguir o bem e o mal. Para ele, estas impressões distintivas “não são senão dores e prazeres particulares” (Hume, 2000, p. 510). Deste modo, o ser humano aplaude as ações que acredita serem boas, enquanto condena as ações que considera más. Por isso, afirma ele que “a *virtude equivale* ao poder de produzir amor ou orgulho, e o *vício*, ao poder de produzir humildade ou ódio” (Hume, 2000, p. 614). E ainda: “Por mais insensível que seja um homem, ele será freqüentemente tocado pelas imagens do *certo* e do *errado*” (Hume, 2004, p. 226). Ora, os homens são sensíveis às distinções morais, de sorte que crêm que “o que é próprio da virtude [...] é ser *estimável*, e do vício, *odioso*” (Hume, 2004, p. 228). Cada pessoa tem preferências e predileções, e nenhuma pessoa permanece indiferente ante questões tão relevantes para a vida cotidiana como as que estão envolvidas na moralidade.

Contudo, tendo em vista que a distinção entre valores é sustentada por uma preferência subjetiva, não seria forçoso pensar que Hume sustenta a ética numa estética moral, e, nesses termos, que estaria certo o ceticismo ao fundar as distinções morais no mero amor de si? Para evitar esta crítica, a filosofia prática humeana precisa mostrar como funciona o gosto moral do ser humano, o que significa que ela precisa elaborar uma descrição do que determina as preferências humanas no que tange à moralidade. É preciso, então, encontrar uma resposta para a seguinte questão: “por que uma ação ou sentimento, quando são contemplados ou considerados de uma forma geral, produzem em nós uma certa satisfação ou desconforto?” (Hume, 2000, p. 515). Hume almeja uma resposta que diga o que leva a que se goste mais de uma coisa do

que de outra e, mais propriamente, o que faz com que isto seja assim quando estão em jogo distinções morais que residem na base dos juízos de louvor e censura.

O fundamento da distinção moral

A filosofia moral humeana, na medida em que toma como base das distinções morais o modo pelo qual os homens são afetados, é uma teoria sobre o indivíduo e está, de fato, exposta ao ceticismo. Ora, se o fundamento da distinção moral é o indivíduo, então são os interesses dele, e somente eles, que são levados em consideração para fundar nos juízos morais a distinção entre o bom e o ruim.

Hume, contudo, é um ferrenho crítico do ceticismo egoísta, isto é, do tipo de ceticismo moral que coloca no amor de si o fundamento das distinções morais. Pois, embora recuse a idéia de que as distinções morais estejam fundadas em princípios da razão e favoreça a concepção de um fundamento de distinção que seja ligado aos sentimentos dos indivíduos, ele é avesso à teoria de que o sentimento que está na base dessa distinção seja o egoísmo. Isso porque o princípio egoísta apresenta como simulacro tudo aquilo que à moral é valioso que seja autêntico. Diz Hume:

Esse princípio [egoísmo] afirma que toda benevolência é mera hipocrisia, a amizade um engodo, o espírito público uma farsa, a fidelidade um ardil para angariar crédito e confiança; e que todos nós, ao perseguir no fundo apenas nosso próprio interesse privado, vestimos esses belos disfarces para apanhar os outros desprevenidos e submetê-los a nossas imposturas e maquinações (Hume, 2004, p. 379).

Se olharmos os valores morais por este ângulo, a rapacidade e não a benevolência é que deveria ser vista como uma virtude; a sinceridade e não o ardil é que deveria ser considerada um vício. Essa conclusão, no entanto, desafia os fatos da moralidade, e isso é inaceitável ao empirismo humeano. A filosofia humeana é, com efeito, cética apenas no sentido de recusar uma fundamentação racional da moralidade. No entanto, seu ceticismo não se estende ao ponto de aceitar que a moralidade esteja calcada no egoísmo. A chave para se entender esta peculiar posição está justamente na resposta à questão formulada por Hume, citada no final da seção anterior, e, conseqüentemente, no esclarecimento do modo como os seres humanos são moralmente afetados.

Segundo Hume, é a utilidade, e não o amor de si, o que determina o modo como os indivíduos são moralmente afetados. Em seus termos:

Parece ser um fato que o aspecto da *utilidade*, em todos os assuntos, é uma fonte de louvor e aprovação; que essa utilidade é constantemente citada em todas as decisões morais relativas ao mérito ou demérito de ações; que ela é a *única* origem da alta consideração dedicada à justiça, fidelidade, honra, lealdade e castidade; que ela é inseparável de todas as demais virtudes sociais da humanidade, generosidade, caridade, afabilidade, leniência, misericórdia e moderação. E, numa palavra, que ela é o fundamento da parte principal da moral, que se refere à humanidade e aos nossos semelhantes (Hume, 2004, p. 300).

Enquanto que, para o egoísmo cético, o amor de si mesmo é o fundamento das distinções morais, Hume diz que é a utilidade esse fundamento. E o que torna a utilidade um fundamento não egoísta é a sua relação com o interesse geral dos envolvidos e, por isso, sua eventual dissonância com os exclusivos interesses do indivíduo. Continua Hume:

Parece igualmente que, em nossa aprovação geral de caracteres e costumes, a tendência útil das virtudes sociais não nos motiva em vista de quaisquer considerações de interesse próprio, mas tem uma influência muito mais ampla e universal. Parece que uma

tendência ao bem público e à promoção da paz, harmonia e ordem na sociedade, ao afetar os princípios benevolentes de nossa constituição, sempre nos atrai para o lado das virtudes sociais. E parece, como uma confirmação adicional, que esses princípios de humanidade e simpatia enraízam-se tão profundamente em todos os nossos sentimentos e exercem sobre eles uma influência tão poderosa que os levam a provocar os mais enérgicos aplausos e censuras (Hume, 2004, p. 300).

A distinção moral, então, é fundada pela utilidade, que é um princípio agradável não somente ao indivíduo. A utilidade é um fundamento agradável ao gosto da maioria, visto levar em consideração os interesses alheios para definir o certo e o errado. É um equívoco acreditar que a distinção moral nasce de uma vontade egocêntrica, como afirmam os céticos. Para Hume, o princípio da utilidade, quando devidamente explicitado por uma teoria moral, esclarece por que um princípio natural impulsiona o ser humano a patrocinar o bem público.

Os argumentos de Hume contra o egoísmo cético

O princípio da utilidade, apontado por Hume como o fundamento das distinções morais, choca-se, segundo ele, com o princípio estipulado pelo ceticismo cujo princípio seja o egoísmo. Mas não se poderia pensar que é justamente a utilidade, notadamente a utilidade para ele mesmo, o indivíduo, o que tem em vista aquele que faz distinções morais? Sem que Hume explique melhor o caráter público da utilidade, a argumentação contra o egoísmo cético ficará incompleta.

Hume observa que há no homem uma natural simpatia (*sympathy*)⁵ para com os demais seres humanos. Para ele, a natureza colocou no homem um real interesse em promover o bem público, calcado num autêntico sentimento de apreço pelo outro, de modo que a aprovação moral leva em consideração não apenas o interesse individual, mas também o interesse social. É da natureza humana, observa Hume, por exemplo, a solidariedade, de sorte que a sua prática é esperada por todos os membros de uma dada comunidade. Mas não se deve ver aqui um ato gratuito. É fácil identificar os benefícios que a sociedade politicamente organizada auferir da solidariedade, de sorte que essa virtude é útil ao indivíduo, mas não apenas a ele singularmente, mas a todos e a cada um dos concernidos na vida social. É da natureza do homem a vida em sociedade, de modo que é também natural que ele busque proteção no meio social e que ele espere contar com a ajuda dos outros. Assim, as virtudes sociais se fundam num sentimento natural pelo qual cada indivíduo demonstra apreço pelo seu semelhante. Como afirma Hume:

Se levarmos tudo isso em conta, parece inegável, portanto, que nada pode conferir mais mérito a qualquer criatura humana do que o sentimento de benevolência em um grau elevado, e que parte, ao menos, de seu mérito provém de sua tendência a promover os interesses de nossa espécie e trazer felicidade à sociedade humana (Hume, 2004, p. 239-240).

A relevância das virtudes sociais consiste, pois, no benefício que elas proporcionam ao indivíduo inserido na sociedade política; e o mérito dessas virtudes está no bem que promovem na sociedade. Esse bem social, por sua vez, tem uma utilidade pública, pela qual o homem tem apreço na medida em que nutre uma real simpatia pelos demais seres humanos.

A argumentação de Hume no sentido de que um homem possui uma natural simpatia em relação a outro homem faz dele, certamente, um filósofo otimista no que concerne à natureza humana. Mas por que Hume acredita que o homem é bom e está disposto a ser caridoso com o seu vizinho? O otimismo da teoria humeana reside justamente na idéia de que há um sentimento que a natureza plantou no coração dos homens e que torna a sociabilidade possível, a saber, a simpatia. Nesse sentido, a investigação sobre a moral precisa ser uma pesquisa sobre “a natureza e a força da *simpatia*” (Hume, 2000, p. 615).

E o que Hume quer dizer com o sentimento de simpatia? Esse sentimento consiste numa propensão do homem de não ser indiferente aos interesses dos outros. O sentimento natural de simpatia “é uma capacidade animal que permite que os sentimentos dos outros reverberem dentro de nós” (Schneewind, 2001, p. 399). Assim, embora seja útil ao homem a vida em sociedade, essa utilidade agrada na medida em que a vida em sociedade, e o bem estar alheio, tanto quanto o próprio, satisfazem o sentimento de simpatia que os homens são capazes de nutrir entre si. As virtudes sociais são úteis, mas, como ficou claro, a utilidade ampara-se no fato de que ela agrada; e ela só agrada, porque a natureza inculca no homem um real interesse pelo outro. A simpatia liga a nossa própria felicidade à felicidade do outro, e é por isso que as virtudes sociais, mesmo visando acima de tudo ao bem da coletividade, têm força e valor para o indivíduo.

O sentimento de simpatia é capaz de proporcionar uma autêntica reciprocidade entre as pessoas, mesmo entre aquelas cujos interesses não coincidem, e somente a ela se pode, segundo Hume, atribuir a unidade de pensamento que se verifica em uma nação. Afirma ele:

“Não há na natureza humana qualidade mais notável, tanto em si mesma como por suas conseqüências, que nossa propensão a simpatizar com os outros e a receber por comunicação suas inclinações e sentimentos, por mais diferentes ou até contrários aos nossos. Isso é evidente, não apenas nas crianças, que aceitam sem pestanejar qualquer opinião que lhes seja proposta, mas também em homens de grande discernimento e inteligência, que têm muita dificuldade em seguir sua própria razão ou inclinação quando esta se opõe à de seus amigos ou companheiros do dia-a-dia. É a esse princípio que devemos atribuir a grande uniformidade observável no temperamento e no modo de pensar das pessoas de uma mesma nação; é muito mais provável que essa semelhança resulte da simpatia que de uma influência do solo ou do clima, os quais, mesmo que continuem invariavelmente iguais, são incapazes de manter o caráter de uma nação igual por todo um século (Hume, 2000, p. 351).

O sentimento natural de simpatia ajuda a explicar como um homem é capaz de exercer influência sobre outro e como as emoções e os afetos humanos podem ser compartilhados. É também a simpatia que explica como o interesse comum pode ser tomado por cada um como se fosse o seu. Isso ocorre porque a satisfação do outro é relevante para a sua própria e isso é uma característica comum à espécie. Em seus termos: “As mentes de todos os homens são similares em seus sentimentos [*feelings*] e operações; ninguém poder ser movido por um afeto que não possa ocorrer também nas outras pessoas, seja em que grau for” (Hume, 2000, p. 615). Deste modo, o sentimento de simpatia é comum às pessoas, embora em graus diferentes, e é graças a isso que os indivíduos comungam entre si interesses. Como diz Hume: “é a esse princípio [*sympathy*], portanto, que devemos atribuir o sentimento de aprovação decorrente da consideração daquelas virtudes que são úteis à sociedade ou à pessoa virtuosa” (Hume, 2000, p. 658). É em virtude disso que um interesse geral pode ser pensado, interesse cuja idéia se expressa na aprovação que as virtudes sociais despertam nos homens.

Deste modo, explica-se que as virtudes sociais visem à utilidade, pois esta não é indiferente à simpatia que os homens nutrem reciprocamente, de sorte que o bem coletivo pode ser agora também incluído entre aqueles que o indivíduo preza. Enganam-se, pois, aqueles que, como os cétricos radicais, defendem o egoísmo como fundamento da moral. Não é o amor de si, mas a simpatia que pode esclarecer as distinções morais assim como elas se expressam nos juízos que envolvem virtudes e vícios. É ela que não nos deixa indiferentes ao sofrimento e à alegria alheias. É ela que está na base da comunidade dos homens e que os leva a pensar serem úteis a benevolência e a justiça, não por um interesse egoísta, mas por um autêntico interesse na satisfação dos demais. Como indaga Hume:

Mas *útil*? Para quê? Para os interesses de alguém, certamente. Mas interesses de quem? Não apenas os nossos, pois nossa aprovação freqüentemente se estende para além dessa esfera. Devem, portanto, ser os interesses dos que são beneficiados pelo

caráter ou ação que recebe aprovação, o que nos leva a concluir que esses interesses, por mais remotos que sejam, não nos são totalmente indiferentes (Hume, 2004, p. 284).

Os seres humanos reagem emocionalmente, aprovando o “que é útil ou agradável ao agente ou a outros” (Quinton, 1999, p. 43). Por isso, o princípio que funda a moral não é o egoísmo, como alega o ceticismo radical. Vista por Hume, a moral é um jogo de reciprocidade, pelo qual o interesse de cada indivíduo se conjuga aos interesses dos demais. Finalmente, a virtude não é, então, aquilo que é bom para mim (apenas), mas o que é bom para os outros (também). O mérito pessoal que pode ser distinguido em uma ação “*consiste inteiramente na posse de qualidades mentais úteis ou agradáveis para a própria pessoa ou para outros*” (Hume, 2004, p. 347).

Os cétricos não estão completamente enganados quando alegam que a escolha moral é o resultado de uma decisão individual. Todavia, o ser humano não leva apenas o seu próprio interesse em consideração para a escolha, pois ninguém é insensível e indiferente a ponto de ignorar os outros. Fosse assim, a natureza deveria ter deixado inteiramente ao cuidado da razão que o homem conseguisse viver em sociedade, o que, segundo Hume, em nenhuma hipótese poderia ser um motivo suficiente para a vida em grupo. Somente o sentimento da simpatia pode, afinal, explicar nossa inclinação para a sociabilidade e nossa disposição para o comportamento moral.

A noção de moral implica algum sentimento comum a toda a humanidade, que recomenda o mesmo objeto à aprovação generalizada e faz que todos os homens, ou a maioria deles, concordem em suas opiniões ou decisões relativas a esse objeto. Ela também pressupõe um sentimento universal e abrangente o bastante para estender-se a toda a humanidade e tornar até mesmo as ações e os comportamentos das pessoas mais distantes em objetos de aplauso ou censura, conforme estejam ou não de acordo com a regra de correção estabelecida (Hume, 2004, p. 351).

Considerações finais

A abordagem empirista da moral apresentada por Hume como resposta ao problema do egoísmo mostra que a utilidade é o princípio que fundamenta a distinção moral. Por meio de um princípio natural para justificar o fato moral, Hume constata que a distinção não é fundada no egoísmo, pois o homem é simpático ao interesse dos demais. A natureza depositou um sentimento de simpatia pelo outro no peito de cada ser humano, pelo qual o indivíduo visa naturalmente agradar o interesse alheio. A utilidade é um princípio que agrada imediatamente ao ser humano, mas vale a ressalva de que o agradável a cada indivíduo também é o que deve agradar aos outros. Há, por conseguinte, uma experiência de reciprocidade na base das distinções morais, o que empresta a elas valor intersubjetivo. Tal valor, não obstante, não se sustenta num princípio racional, mas nos sentimentos e interesses que entre si nutrem os homens, e que, ao fim e ao cabo, é o que distingue o útil do inútil e o vício da virtude.

NOTAS

¹Mestrando em Filosofia pela UNISINOS.

²Professor do PPG em Filosofia da UNISINOS.

³Esse artigo teve apoio do programa de iniciação científica do CNPq.

⁴Um elemento importante para a compreensão da moral humeana é o caráter descritivo de sua inquirição. Hume acredita que é mais fácil expor o comportamento dos homens do que ditar como ele deve ser. Por causa da sua referência à experiência, costuma-se relacionar as suas investigações aos princípios apresentados por Newton, cuja base de formulação foi a observação empírica. Scheewind aponta que em Hume

a relação entre empirismo e moral representa a “presença da moralidade em um universo newtoniano de corpos em movimento” (Schneewind, 2001, p. 396). Destacamos, ainda, que a postura de Hume, com base no procedimento empirista, consiste na observação do comportamento humano, limitando-se a relatar a mecânica da elaboração dos juízos morais. Nesse sentido, o empirismo humeano não coloca o agente moral como o ponto de partida da investigação, tendo em vista que o fenômeno moral é observado por quem está de fora. Hume adota, então, a perspectiva do espectador. A propósito do empirismo na moral humeana, cf. Brito (2001).

⁵ A tradução do termo inglês “sympathy” pelo termo português “simpatia” exige explicações. A etimologia da palavra remete, por um lado, ao latim, *sympathia* e remete à “afinidade, relação, analogia”, e, por outro, ao grego *sumpátheia*, que significa “participação no sofrimento de outrem, compaixão, simpatia” (cf. *Dicionário Houaiss* (2006) e *The American Heritage Dictionaries* (2000)). O termo remete, pois, relativamente às emoções das pessoas, à sincronia entre seus sentimentos (*pathos*), de sorte que os concernidos tenham os mesmos sentimentos ante o mesmo estímulo. Conserva-se, contudo, no inglês, a idéia de que tal sincronia vai acompanhada de uma inclinação de aliviar no outro o sofrimento que ele sente, logo, algo como uma compaixão. Em português esse sentido não é claro, e, por isso, “simpatia”, no uso que fazemos, está mais próximo de outro termo inglês, a “empathy”. Uma opção seria, então, empregar “compaixão”. Não obstante, empregar “compaixão” para traduzir “sympathy” obscurece o fato de que a sincronia referida pela palavra inglesa, e claramente visada por Hume, não se remete apenas aos sentimentos de sofrimento, algo que a aproximaria da piedade, mas também, e na mesma proporção, a emoções positivas como alegria e entusiasmo. Optamos, então, por seguir a tradução brasileira, mas com a observação de que com simpatia está em tela algo como uma empatia compassiva.

REFERÊNCIAS

BRITO, A.N. de. 2001. Hume e o empirismo na moral. *Philósophos*, 6(1-2):1-25.

HOUAISS, A. 2006. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2922 p.

HUME, D. 2000. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo, Unesp, 711 p.

HUME, D. 2004. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo, Unesp, 438 p.

QUINTON, A. 1999. *Hume*. São Paulo, Unesp, 63 p. (Coleção Grandes Filósofos).

SCHNEEWIND, J.B. 2001. *A invenção da autonomia: uma história da filosofia moral moderna*. São Leopoldo, Unisinos, 667 p. (Coleção Idéias).

The American Heritage Dictionary of the English Language. 2000. 4ª ed., Houghton Mifflin Company, 2743 p.